



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

O PODER NAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: FRENTE AO ATENDIMENTO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Kelly Cristina Pereira de Carvalho¹;
Universidade Federal do Amazonas
(kelly-assistentesocial@hotmail.com)

Aline dos Santos Pedraça²;
Universidade Federal do Amazonas
alinepedraca7@gmail.com

Elinete da Silva Viana³;
Universidade Federal do Amazonas
nete_008rr@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo consiste numa análise das formas de atendimento e abordagens das vítimas de violência doméstica, nas delegacias de Polícia e ocorrências efetuadas por policiais do sexo masculino na cidade de Manaus. A ação da polícia militar que consiste em recepcionar as ocorrências gerais da sociedade, e muita das vezes revela um lado obscuro dos emissários da Lei que teriam o papel de atenuar a dor e o sofrimento dessas vítimas, o que de fato quase nunca ocorre, devido à cultura masculina, que passa a julgar a mulher pelo fato ocorrido. A primeira situação é acreditar que se a mulher sofreu agressão foi porque mereceu, pois julgo do profissional reflete mais uma forma de agressão, muitas das vezes expressos em palavras, gestos, olhares, piadas e outros. O indicativo dessas ações reflete que o indício revestido de poder passa a usurpar ainda mais a autoestima da vítima que muitas vezes deixa de prosseguir com a denúncia por medo e vergonha das atitudes das pessoas do atendimento. Um estudo que aborde experiências vividas por mulheres vítimas de situações dessa natureza, tende a contribuir com outras pessoas que padecem de violência e que são freadas por atitudes semelhantes a essas. O principal foco do trabalho é identificar situações de violência nessas abordagens e incentivar as vítimas a denunciar, através de publicações que possam chegar às autoridades para que possam instruir os policiais e punir aqueles que insistem nas práticas abusivas e recriminatórias.

Palavras-chave: Atendimento, sofrimento, cultura masculina.

¹ Especialista Assistente Social; Universidade Federal do Amazonas;

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Nilton Lins; mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade;

³ Estudante de Serviço Social- Universidade Federal do Amazonas;



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

INTRODUÇÃO

O referido artigo apresenta dados e experiências sobre a forma de atendimento a mulheres vitima de violência nas instituições de segurança pública na cidade de Manaus. O objetivo principal da pesquisa foi discutir as condições de tratamento e as formas de manifestação de poder que os emissários da Lei dispensam no atendimento às vitimas. A característica do estudo é levantar os fundamentos que demonstram que dentro das instituições de segurança pública, onde a mulher vitima de violência, poderia ter um tratamento mais humanizado pela sua dor, sofrem ações de violência pelo simples fato de ser mulher, passando a serem subjugada e por vezes desistindo de prosseguir com a denúncia.

A realidade diante das situações de violência contra a mulher é uma condição que ainda causa muita preocupação, pois ela ocorre de modo disfarçado de inúmeras formas. As instituições públicas de atendimento às vitimas de violência são fragilizadas e necessitam de apoio desde o momento do atendimento e de todos os encaminhamentos que não de ocorrer. O que acontece é que numa expressiva quantidade de situações ocorre o contrario, onde as mulheres são atendidas de modo grosseiro e

frio, muitas das vezes recebendo ações que as oprimem cada vez mais.

Diante dessa realidade conflituosa que coloca a mulher numa condição vulnerável. No decorrer do artigo será notado que a mulher vitima de violência tende a buscar se empoderar para sair da situação, mas vai necessitar de toda estrutura que caminhe com ela para chegar a nível de sobressair das dificuldades. A descrição das experiências não de fomentar subsídios para conduzir as discussões para um patamar onde se encontre soluções para as situações de manifestação de poder diante da realidade do atendimento das vitimas, trazendo para o contexto um patamar de expectativas que podem corroborar com a melhoria no tratamento às mulheres quando, em situações de crise, vai aos órgãos públicos solicitar auxilio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto ao entendimento acerca da metodologia, segundo Michel (2009, p.35) “pode - se entender metodologia como um caminho que se traça para se atingir um objetivo qualquer”. Desse modo, descrevemos os critérios para elaboração desta produção científica.

Este estudo se deu de um levantamento bibliográfico para o aprofundamento teórico da temática, dar-se-á,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

ainda, uma pesquisa de campo onde foram coletados dados para atingir o objetivo proposto. Partindo desta premissa a pesquisa dividir-se-á, como relacionados abaixo:

Método de Abordagem: Dialético, “A dialética também insiste na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo de conhecimento [...]. Valoriza a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa a oposições contraditórias entre o todo e a parti e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens.” CHIZZOTTI (1991, p. 80).

Forma de Abordagem: Quali-quantitativa, a pesquisa qualitativa é conceituada por Gil (2002), como aquela utilizada quando a preocupação do pesquisador não é a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas como aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de sua trajetória, de sua fonte, etc.

Objetivo da Pesquisa: Exploratória e Descritiva. A primeira faz levantamento bibliográfico, com a finalidade de verificar se as quantidades das fontes coletadas são suficientemente eficazes para atingir os objetivos de estudo.

Vergara (2003) afirma que a pesquisa descritiva tem como finalidade de registrar, classificar, analisar e interpretar os dados

coletados, mas sem interferência do pesquisador.

Documentação Direta: Pesquisa de campo nas na delegacia da mulher em Manaus. Tendo como fonte de dados às informações coletadas dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Os dados foram obtidos através de análises dos questionários respondidos pelas feirantes selecionadas para o desenvolvimento da pesquisa.

Relatos de experiências também irão auxiliar na condução dos trabalhos para motivar as ações corretivas, pois não se pode permitir que situações que atentem contra a mulher sejam consideradas naturais, sobretudo nos ambientes onde estas irão buscar proteção e auxílio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nas repartições públicas cabe ao respectivo Chefe, no exercício do poder de polícia, zelar pela boa ordem e decoro internos podendo vedar o ingresso nelas de pessoas indisciplinadas. Com essa prerrogativa há uma inversão dos detentores do poder em associar o grau de importância de suas atribuições à condição de vulnerabilidade das vítimas que estão sob a cobertura de suas ações.

Conforme Foucault (1987, 2003), a disciplina se desenvolveu na modernidade



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

como técnica que serve para nortear os indivíduos através de regras que devem ser seguidas por meio de um sistema de obediência e submissão, expandindo-se nas diversas instituições (Exército, escolas, prisões, hospitais, fábricas, hospícios) e desencadeando uma “ortopedia social”. Estamos a falar nesse sentido de um regime social baseado no disciplinamento constante e efetivo dos indivíduos, especialmente de seus corpos, pois é por meio dos corpos que ordens podem ser executadas e podem ser exercidos o condicionamento, a uniformização, a regulação da conduta e o autodisciplinamento. A perspectiva apresentada converge com os fatores expostos por Weber (2010) na qual

com a mecanização e disciplina da fábrica, o aparato psicofísico do homem se ajusta completamente às exigências das ferramentas, das máquinas. O indivíduo é destituído do seu ritmo natural, determinado pela estrutura de seu organismo; seu aparato psicossocial é adaptado a um novo ritmo através de uma especialização metódica de músculos que funcionam separadamente, e estabelece-se uma economia ótima de forças correspondente às condições de trabalho (WEBER, 2010. p. 183).

A disciplina surge como a configuração do exercício mecânico da forma de lidar com situações mais humanizadas, ou seja, quando o aspecto do tratamento passa a

ser frio, muitas das vezes, não se pode pontuar a necessidade do olhar humano e sentir a dor do outro que está aí porque algo o vulnerabiliza.

De acordo com Cardoso Junior (2013) A disciplina é uma tecnologia que é usada para fins maciços e serve para funções precisas em instituições (casas de detenção, exército, escola, hospital, polícia). Essa expressão foi usada por Foucault (1999) em *Vigiar e Punir* porque trazia uma dimensão de intensidade e de acirramento de práticas de aumento da produtividade concomitantes com a criação de docilidade política.

Essas instituições são espaços disciplinares, pois uma das características básicas da tecnologia disciplinar é que ela tem como condição, para moldar certa multiplicidade de corpos de acordo com uma determinada função, que a multiplicidade de corpos seja restrita e que o espaço seja limitado, não muito extenso. Sendo assim, a disciplina não está contida em nenhum desses espaços institucionais.

A disciplina é uma relação de poder que se atualiza em cada um desses espaços, com seus enunciados e visibilidades próprios. Justamente aí reside uma das especificidades da disciplina: ela articula vários espaços, aumentando seu poder de propagação e alcance.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Pelos ensinamento de Foucault (1979), no século XVIII, enfatiza que a disciplina surgiu como uma nova arte do corpo humano. Mas, essa nova forma de socializar os indivíduos não está atrelada ao regime de soberania real. Desta forma o rei perde o seu poder e o poder agora passam a ser exercido nas microlocalidades, ou melhor, nas instituições disciplinares (FOUCAULT, 1987).

Vejamos quão complexo lidar com o poder, uma vez que a difusão das competências e a forma de utilização dos corpos o para o exercício pode aflorar fatores internos do indivíduo em ação para compensar, suas frustrações e medos.

Em situações de experiências que segue como base para este trabalho retrata a seguinte situação: Uma mulher vivência o problema com seu vizinho sobre animais que perturbam o ambiente do mesmo. O vizinho solicitou que a mesma pudesse manter os animais confinados para não causar transtornos ao ambiente local. A mulher buscou cumprir as exigências do vizinho, mas mesmo assim ele insistiu em perturbá-la pelo fato dos animais estarem próximos a partir de latidos e asséptica do local. Essa insistência ocasionou nas formas de tratamento grosseiro, palavras ofensivas, pois a mesma não podia sair na rua que ele a atacava na frente das pessoas, isso foi promovendo instabilidade nela, que por vezes passou a retrucar as

investidas, começou a evitar sair de casa e se sentindo perturbada.

A insistência foi tanta que chegou ao nível de ameaça aos animais e a própria mulher, pois segundo relatos dela: você faz isso de abuso, esses seus bichos imundos causam problemas a todos aqui, deveria mudar-se, ou caso contrário vou ai na sua casa e mato esses animais e se você se moder mato você também. Essas atitudes se tornaram corriqueiras e a mulher foi consultar algumas pessoas de sua confiança para tomar atitudes e a mais instruída foi ir a uma delegacia especializada a crimes contra a mulher para pedir proteção, visto que, a mesma se sentia vulnerável a ações do vizinho.

Quando a mesma chegou ao local de atendimento aguardou um determinado tempo e na sua vez, o atendente perguntou qual era a situação e a mulher explicou o problema que fora relatado acima. O atendente disse ser a falta do que fazer, pois existia coisa mais importante a cuidar que a situação de briga com vizinho. Disse a mulher, porque a senhora não cede a situação e se livra de seus animais, assim o problema acaba e a senhora não será mais ameaçada.

Ao mesmo tempo em que ele atendia estava com um aparelho celular falando com outra pessoa, pediu os dados e disse a mulher: Senhora vou registrar aqui, mas acho que isso



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

não dará em nada, a senhora vai ter que buscar a solução se livrando dos animais.

Nesse caso a manifestação de poder está em todos os âmbitos narrados, onde o vizinho pelo fato de ver uma mulher do lado, encontra uma possibilidade de perturbá-la, pela simples existência dos animais, por outro lado a mulher tenta conciliar as ações procurando manter harmonia, mas já se abstendo de ações.

Quando a situação chega ao ponto crítico que vai as instituições buscar apoio se sente mais desprotegida ainda. Os questionamentos vão desde, que capacidade tem o atendente em diagnosticar os rumos da denúncia da mulher, sem levar em consideração os laços que a mulher tem com os animais de estimação? Ainda que manifestando falta de interesse no atendimento, visto que, no ato do atendimento estava conversando com alguém particular, o que pareceu que a mulher estivesse, com sua denuncia, atrapalhando a conversa do atendente.

Para esse caso, a mulher retornou a sua casa e sem solução desistiu de buscar apoio ao caso, a mesma pensou na possibilidade de mudança de endereço o que causaria muito transtorno e ônus para si. Como reflexo dessa experiência a mulher não recebeu um tratamento humanizado em decorrência da ação de um atendente revestido de poder que

atuou para conter as ações da mulher simplesmente por ela ser “mulher”.

Outra experiência será socializada aqui é numa situação de abordagem policial, onde um homem abordou uma mulher e insinuou palavras depreciativas sobre o corpo dela e ainda tentou persuadi-la a cometer ações sexuais. A mulher alarmou e os transeuntes que passavam pelo local se compadeceram com a mulher e chamaram a policia e detiveram o homem. Quando a viatura chegou dois policiais do sexo masculino integravam a diligência e a medida que se aproximaram da vitima, um deles proferiu a seguinte expressão: tem razão de ser atacada, por essas regiões, bonita como é, com esse tipo de roupa, está pedindo para ser atacada. Ainda se direcionou a mulher, olhou de auto a baixo no seu corpo, pegou no seu queixo e disse, pera ai docinho deixa eu ver o produto. A medida que o outro policial tomava as providências para conduzir o agressor a delegacia, o outro policial ficava proferindo insinuações para a mulher sempre se mostrando no comando, como forma de intimidação para a mesma. Quando perguntada sobre a ida dela para a delegacia para registrar o boletim de ocorrência, o policial que ficava agindo de modo negligente disse, venha na viatura, aqui do meu lado que vou proteger você.

O que se percebe na situação apresentada e relatada é que numa situação evidente de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

caos para com a autoestima da mulher, o policial que deveria ser o precursor de segurança, apresentou sinais de que numa situação conveniente, não agiria diferente do agressor detido, pois, as atitudes que foram manifestadas pelo policial fragilizaram ainda mais a mulher que já estava em situação crítica.

Dentro dessa perspectiva de exercício do poder revertido de ações institucionalizadas, a teoria de Foucault (1988. p. 152-164.) se complementa com o conceito de *biopoder*, que seria um tipo de poder que surge um pouco depois do poder disciplinar e que se dissemina nas sociedades modernas normalizando as populações. Interessa ao biopoder gerir a vida dos indivíduos através de funções estatais como a preocupação sobre a natalidade, mortalidade, vacinação, fecundidade, outros. O biopoder estabelece um controle das populações e está intrinsecamente ligado às artes de governar.

As formas de exercício de poder se mostram permeadas a condição do papel do agente público que confunde suas atribuições, ele não poderia jamais tecer diagnósticos sobre a situação, pois não compete a ele elucidar o problema e sim encaminhá-lo, mas a medida que ele passa a posicionar suas concepções evidencia a clara manifestação do poder sobre a mulher, pelo simples fato da mesma ser mulher e parecer vulnerável ao

sistema que a acolhe, que deveria protegê-la, mas que a expõe à ótica da imparcialidade dos agentes públicos.

Se existem situações em que a presença do poder é notada pelo fato do próprio dominado admitir uma dissimetria de equilíbrio, como se podem entender as relações de poder em que, para o dominado não é possível assim se vê já que a dominação se exerce por meio de uma suposta “naturalização” nas condições de desequilíbrio? Pode-se responder que, nesse caso, tem-se a “invisibilidade de um poder que age de maneira sutil e cotidiana, moldando sistematicamente as preferências dos atores envolvidos, inclusive, aliás, dos dominantes. Este poder reside em eficientes processos de socialização geradores de almas disciplinadas”. É somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. “Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos” (FOUCAULT, 1988, p. 96).

A proporção que atinge o ser vitimado, neste caso a mulher promove uma ação reversa aquela que era esperada, onde as instituições muitas das vezes se configuram barreiras para que a difusão das denúncias se confirmem e possam diminuir os impactos. A política que cuida de instituições para essa modalidade de situações já é bastante fragilizada e a medida que se vincula a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

situações que expõe a macula do poder de modo parcial nas instituições policiais que atendem as mulheres vítimas de violência, expõe uma lacuna muito grande, no que se avançou, que se tem e onde se pode chegar.

Enquanto isso mulheres padecem com seus medos e incertezas, paira sobre elas a condição que a medida que as mesmas se posicionarem a solicitar ajuda de fato serão atendidas?

De acordo com Foucault (1979) o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Pela concepção de poder, as formas de ação para o exercício de uma ação anômala com a utilização da autoridade e seu reflexo, junta fatores que estão nas sensações dos indivíduos que atuam no cenário, pois mesmo sendo equivocada uma ação parcial diante da situação de crise da vítima o interlocutor não consegue perceber que o mesmo está atuando de modo convergente a dor da mesma e agredindo cada vez mais sua autoestima.

As relações de poder se estabelecem nesse novo modelo de formação, pois “o

poder produz saber. Poder e saber estão diretamente implicados. Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 27).

A observação de uma abordagem mais humanizada, seja de policiais ou qualquer outro funcionário de entidades que deveriam amparar as mulheres vítimas de violência, se configura um acontecimento.

De acordo com Castro (2009) a substituição de discursos antigos pela proliferação de novos discursos que passam a influenciar práticas que estão atravessadas por estratégias de poder presentes nas instituições disciplinares.

A perspectiva é que o esclarecimento das penalidades a cerca de atitudes que cause violência contra a mulher no atendimento, passe a subsidiar novas ações, pois com citado o saber gera poder e uma vez que se vislumbra as punições não de delimitar praticas corriqueiras que acontecem porque são motivadas pela impunidade.

Para Foucault (2010) na relação direta entre poder e saber o discurso torna-se o instrumento para a consolidação do poder, pois, “o poder não é o sentido do discurso. O discurso é uma série de elementos que operam no interior do mecanismo geral do poder.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

A difusão da informação e a condição de que a sociedade passa a se importar com situações que agridam as pessoas em situação de vulnerabilidade, vai surgir outros meios de atenuar ações improprias e delimita a incidência delas.

De acordo com Foucault (2009) o discurso passa a orientar as práticas dos indivíduos nas instituições e nessa relação forma-se uma “prática discursiva”. A partir das práticas discursivas que servem para disseminar saberes com estatuto de verdade funciona um processo de normalização para estabelecer o que deve ser seguido como normal e anormal nas instituições. O anormal seria o indivíduo que se distancia desse processo normalizador-disciplinar.

Então o que se aprimora com o questionamento de ações improprias de agentes públicos no exercício de suas funções é o quesito se importar, pois uma vez que se aceita que o normal é agir pra que a função seja de fato acolhedora e humanizada restabelece o critério que é inserir o respeito e a integridade no ato de auxiliar de fato alguém quando este busca apoio. A reciprocidade das ações deve vir mediadas por boas condutas que tende a construir novas formas de lidar com a problemática do tratamento institucionalizado no atendimento às vítimas de violência.

Cabe ao sistema, por meio de estratégias de controle eficazes que ocultam as relações de poder nas instituições indagar se existe um processo de mudanças com princípios humanizadores nas instituições policiais de atendimento a mulher ou relações de poder ocultadas por esse mesmo processo. As respostas encontradas podem ser várias, mas aqui centralizadas na que diz respeito às relações de poder presentes na conduta dos policiais e pessoas ligadas ao sistema de atendimento a mulher vítima de violência, pois novos critérios de verdade surgiram com base nesse discurso humanizador.

França (2015) destaca que é fato, ou seja, que a Polícia Militar utiliza novos discursos para apagar a imagem negativa herdada do período ditatorial, pois “na medida em que as instituições agem essencialmente através da colocação de dois elementos em jogo: regras (explícitas ou silenciosas) e um aparelho se corre o risco de privilegiar um ou outro na relação de poder” (FOUCAULT apud DREYFUS & RABINOW, 2010, p. 290) porque é necessário para a sobrevivência da instituição que ela declare e explique a si própria os seus fins; é indispensável que um sistema de sentidos seja edificado paralelamente ao sistema das tarefas e explique a um tempo as finalidades e a racionalidade das distribuições. Toda essa linguagem deve também levar à aceitação das



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

finalidades por cada um e à tolerância do lugar que se ocupa no mecanismo (ANSART, 1978, p. 90).

Não cabe mediações, cabe atitudes sensatas para abastar as incoerências que a sociedade tradicionalizou em razão do interesse de alguns grupos ou pessoas, mas que tendem a perder a eficácia quando são confrontados.

CONCLUSÃO

Com vista no discurso que posiciona as relações de poder exercida nas instituições públicas de atendimento a mulher vítima de violência. O presente estudo consistiu numa análise das formas de atendimento e abordagens das vítimas de violência doméstica, nas delegacias de Polícia e ocorrências efetuadas por policiais do sexo masculino na cidade de Manaus. A busca pela compreensão e a discussão frente a situações anormais que muito se difundem no meio. Pois a ação da polícia militar que consiste em recepcionar as ocorrências gerais da sociedade, e muita das vezes revela um lado obscuro dos emissários da Lei que teriam o papel de atenuar a dor e o sofrimento dessas vítimas, o que de fato quase nunca ocorre, devido à cultura masculina, que passa a julgar a mulher pelo fato ocorrido, uma vez que o

policia passa a diagnosticar situações que não fazem parte de suas competências, se configura utilização do poder de forma anômala. Desvirtuar esse conceito de que a mulher sofreu agressão foi porque mereceu, pois julgo do profissional reflete mais uma forma de agressão, muitas das vezes expressos em palavras, gestos, olhares, piadas e outros, não é natural.

Para que se tenha de fato equilíbrio e conciliação nas formas de atendimento, seja na própria delegacia, seja nos órgãos credenciados para providir proteção para a mulher vítima de violência. As ações devem ser voltadas para que situações de poder institucionalizado, quando aconteça, deve ser denunciado e tomado providencias, pois são essas situações disfarçadas de boas ações que mobilizam situações extremas que vão desde proibições pequenas como estupros, agressões corporais e até o feminicídio. A as entidades públicas estão colocadas em situações estratégicas e quando estas deixam de exercer o papel conciliador dos problemas sociais, mostra que a sociedade pouco avançou no que se refere a paridade de direitos e deveres.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSART, Pierre. Ideologias, **Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CARDOSO JUNIOR, F. C. S., H. R., & Alvarez, M. C. **Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault**. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 2013. P.100-106.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo, Cortez, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 2009b.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2003.

_____. **Ditos & escritos IV: estratégia poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANÇA, F. G. **Humanização disciplinada: um estudo sobre relações de poder na formação policial militar**. Bauru, n. 4, p. 157-180, jun. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VERGARA, S. C. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas Editora, 2003.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2010.